



Da crítica kantiana à prova ontológica cartesiana

*Gabriel Reis Pires Ribeiro**

Resumo: O presente artigo pretende demonstrar a oposição do argumento kantiano frente ao argumento cartesiano acerca da existência de Deus. Para isso, vamos passar pela doutrina cartesiana com o intuito de demonstrarmos seu raciocínio, o qual, em síntese, é o seguinte: Deus é um ente perfeito; a existência é uma perfeição; logo, Deus existe. O contra-argumento proposto por Kant consiste em afirmar que o argumento cartesiano cria uma necessidade lógica da existência de Deus. Contudo, tal argumento, segundo Kant, não merece prosperar, posto que realiza uma confusão entre predicados lógicos e predicados reais.

Palavras-chave: Existência de Deus; Descartes; Kant; Predicados Lógicos; Predicados Reais.

From the kantian's criticism to cartesian's ontological prove

Abstract: The present article intends to demonstrate the opposition of the Kantian argument against the Cartesian argument about the existence of God. For this, let's go through the Cartesian doctrine with the intention of demonstrating its reasoning, which, in synthesis, is the following: God is a perfect entity; existence is perfection; therefore, God exists. The counter-argument proposed by Kant consists in affirming that the Cartesian argument creates a logical necessity of the existence of God. However, such an argument, according to Kant, does not deserve to prosper, since it makes a confusion between logical predicates and real predicates.

Keywords: Existence of God; Descartes; Kant; Logical Predicates; Real Predicates.

* Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: gabrielrpr@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1600901882483206>.

Introdução

O presente artigo intenciona demonstrar a refutação de Kant ao argumento de Descartes acerca da existência do ente divino, tendo em vista que a estrutura da teoria do conhecimento kantiana erigida na *Crítica da Razão Pura* não nos permite concluir de modo claro e preciso pela existência de tal ente divino, sendo tal conclusão uma *ilusão*, que se origina da capacidade da razão humana de se indagar acerca de coisas que não lhe é possível conhecer. Acerca disso, é oportuno o seguinte trecho do texto kantiano:

A razão humana tem o peculiar destino, em um dos gêneros de seus conhecimentos, de ser atormentada por perguntas que não pode recusar, posto que lhe são dadas pela natureza própria da razão, mas que também não pode responder, posto ultrapassarem todas as faculdades da razão humana (KANT, 2012, A VII, p. 17)¹.

Assim, em conformidade com o excerto ora citado, é possível notar uma certa *disposição natural* da razão humana de se impor questões impossíveis de serem respondidas pelos ditames da própria razão, e, dentre essas questões, há a intermitente e clássica dúvida acerca da existência de um ente divino.

Com relação à filosofia de Descartes, será mostrado que a exposição atinente à Quinta Meditação – qual seja, a de que Deus é detentor de todas as perfeições e sendo a existência uma perfeição, logo, tem-se a conclusão de que Deus existe – não serve para corroborar a existência do ente divino, conforme a crítica de Kant.

¹ Neste trabalho foi utilizada a edição brasileira da editora Vozes da *Crítica da razão pura*, cuja tradução para o português é de autoria de Fernando Costa Mattos. Além disso, acompanhará as citações a paginação da edição da Academia Prussiana, referindo-se A à primeira edição e B à segunda.

Da concepção cartesiana acerca de Deus

Descartes conduz seu pensamento à procura de conhecer tudo o que pode ser percebido de maneira clara e distinta, pois só isso pode ser tomado como verdadeiro, pois tudo o que eu conheço clara e distintamente possui uma certeza indubitável. Neste sentido se insere a questão do *cogito*, o qual surge a partir da dúvida hiperbólica cartesiana, isto é, a dúvida acerca de tudo aquilo que não se pode conhecer clara e distintamente. A partir disso, o filósofo chegará à conclusão de que, se ele é capaz de duvidar, ele pensa, e, se pensa, ele existe, e disso tem-se o raciocínio cartesiano do “penso, logo existo”.

A intenção de Descartes de conhecer tudo de maneira clara e distinta tem grande influência da ciência matemática, a qual tem importância singular no pensamento do filósofo francês. Segundo ele, os conhecimentos da matemática e da geometria possuem ambos clareza e distinção inquestionáveis, de forma que não é permitido indagarmos acerca da certeza dos mesmos. A demonstração acerca da influência da matemática e da geometria no pensamento de Descartes, bem como da necessidade de ter clareza e distinção acerca daquilo que quero conhecer para que esse conhecimento seja verdadeiro, tem pertinência aqui na medida em que isto é necessário para a compreensão da argumentação acerca da prova ontológica de Deus em Descartes.

Descartes trabalha tal argumentação acerca da prova ontológica na Quinta Meditação, iniciando-a com a ideia clara e distinta que ele tem de triângulo: que os três ângulos são iguais a dois retos. Com essa proposição, o filósofo quer apontar que não há como conceber um triângulo cujos três ângulos não correspondam a dois retos, pois tal fato seria uma contradição. A partir desse ponto se inicia a analogia da ideia de triângulo com a ideia de Deus, com a seguinte exposição:

certo que não encontro menos em mim sua ideia, ou seja, a ideia de um ser sumamente perfeito, do que a ideia de qualquer figura ou de qualquer número que seja. E não conheço menos clara e distintamente que

uma existência atual e terna pertence à sua natureza do que conheço que tudo quanto posso demonstrar de qualquer figura ou de qualquer número pertence verdadeiramente à natureza dessa figura ou desse número (DESCARTES, 2000, p. 305-306).

A partir disso fica evidente que a ideia de um ser sumamente perfeito para o filósofo, o qual é Deus, possui uma existência tão clara e distinta quanto uma ideia de uma figura ou número qualquer. Descartes continua com a analogia com a geometria e com a matemática para explicitar seus argumentos acerca da existência de Deus, afirmando que para ele não é concebível separar a existência da essência de Deus, assim como não o é a separação da ideia de que os três ângulos de um triângulo equivalem a dois retos. Neste sentido, o filósofo afirma:

Verifico claramente que a existência não pode ser separada da essência de Deus, tanto quanto da essência de um triângulo não pode ser separada a grandeza de seus três ângulos iguais a dois retos, ou, da ideia de uma montanha, a ideia de um vale (DESCARTES, 2000, p. 306).

Posteriormente, Descartes irá discorrer acerca do pensamento necessário de um Deus existente, não porque seu próprio pensamento lhe impõe tal fato, mas, ao contrário, porque é impossível, segundo ele, conceber um Deus não existente. Isso porque a própria existência é intrínseca à ideia de Deus, o qual, segundo o filósofo, é um ser sumamente perfeito, possuindo, então, todas as perfeições possíveis, dentre as quais, a existência. Acerca disso, é interessante expor o seguinte excerto do texto cartesiano: “pois não me é dada a liberdade de conceber um Deus sem existência (isto é, um ser supremamente perfeito sem uma suprema perfeição), como me é dada a liberdade de imaginar um cavalo sem asas ou com asas” (DESCARTES, 2000, p. 307).

Assim sendo, sucinta e sumariamente é possível propor o seguinte silogismo em congruência com o pensamento cartesiano: se Deus é o ser sumamente perfeito, e se a existência é uma perfeição, logo, Deus existe,

sendo que qualquer conclusão diferente dessa será contraditória. Com uma exposição semelhante, Emanuela Scribano discorre:

Essa prova é bastante simples: utiliza como premissa maior a definição de Deus (Deus é o ente perfeitíssimo), como premissa menor a definição de existência (a existência é uma perfeição), e em seguida deduz delas que Deus existe, a partir do momento em que aquele que negasse a existência de Deus contradiria a definição dele e cairia assim em contradição (SCRIBANO, 2007, p. 131).

Desse modo, tendo em conta a contradição que implicaria em deduzir a não existência de Deus a partir da própria definição do ser supremo, a qual implica na existência do mesmo, Descartes demonstra que não se pode pensar em um Deus desprovido de existência. Conforme já foi explanado, para o filósofo isso se deve ao fato de que a existência não é separável da essência de Deus, de modo que ele só é pensável desse modo, sem qualquer ingerência do pensamento, ou seja, o próprio objeto só pode ser concebido desse modo, independentemente do exercício da vontade ou do pensamento.

Nesse estágio da argumentação, Scribano aponta que isso ocorre porque há uma identificação entre existência e essência, conforme se verifica no seguinte trecho:

Ao atribuir a Deus a existência, não se pretende passar do pensamento às coisas, e portanto impor as leis do pensamento a uma realidade que pode muito bem ignorá-las, mas, ao contrário, são as coisas que se impõem com a sua necessidade ao meu pensamento: é a essência do triângulo que obriga a pensar a equivalência dos seus três ângulos internos a dois retos, assim como é a essência de Deus que obriga a pensá-lo existente (SCRIBANO, 2007, p. 135).

Por fim, é interessante ressaltar o inatismo inerente à ideia de Deus, bem como às ideias referentes à matemática e à geometria, o que permite representar a independência delas com relação ao pensamento,

além da natureza indubitável das mesmas. Acerca disso, vejamos o comentário de Scribano: “as essências das coisas, de fato, como a doutrina inatista acabou de mostrar, são independentes do pensamento: o seu conteúdo não é modificável a gosto, mas se impõe à mente” (SCRIBANO, 2007, p. 135). E ela acrescenta: “se a ideia de Deus que serve de premissa à prova é uma ideia inata, de fato, ela representa „uma natureza verdadeira e imutável”” (SCRIBANO, 2007, p. 135). Ora, sendo a ideia de Deus uma ideia inata, conforme aponta Scribano, ela tem de ser independente do pensamento humano, ou seja, ela já está dada, na medida em que se impõe ao entendimento, e não é passível de modificação, tendo em conta o seu caráter de independência com relação à mente².

A crítica kantiana da prova ontológica da existência de Deus

No tocante à prova ontológica cartesiana acerca da existência de Deus elaborada na Quinta Meditação, Kant entende que a argumentação de Descartes não prospera, na medida em que tudo não passa de uma mera ilusão de um conceito *a priori*, cuja composição abarca na sua extensão a existência da própria coisa. Um exemplo de tal conceito é dizer que “um triângulo tem três ângulos”, frase essa que é inclusive analítica, visto que expõe a necessidade de se ter três ângulos para existir um triângulo. No tocante ao conceito de Deus, Kant aponta o erro de se postulá-lo *a priori*, conforme a tese cartesiana, a qual afirma basicamente que Ele é um ente perfeito, e sendo a existência uma perfeição, logo Deus existe, pois esta característica (existência) não lhe pode faltar, visto que ele é detentor de todas as perfeições. Nesse argumento tem-se duas premissas: I – Deus é um ente perfeito; II – a existência é uma perfeição; e, por fim, a conclusão:

² O Deus cartesiano é dotado de tanta clareza e distinção quanto as ideias provenientes da matemática e da geometria, de forma que o inatismo no tocante à ideia de Deus apresenta a sua independência com relação às ideias do pensamento, bem como atesta sua natureza indubitável, isto é, não há questionamentos acerca da natureza de Deus. Exemplo disso, em consonância com a filosofia cartesiana, é a necessidade de se pensar Deus enquanto existente, ou seja, a própria ideia de Deus me impõe pensá-lo dessa maneira, independentemente das ideias do pensamento e indubitavelmente com relação a quaisquer dúvidas acerca dela mesma.

III – Deus existe. Desse modo, a partir da formulação cartesiana, pode-se afirmar que Deus existe necessariamente. Para Kant, entretanto, isso é apenas uma criação a partir de uma necessidade lógica, conforme se verifica a seguir:

Em todo caso, essa necessidade lógica demonstrava um tão grande poder de ilusão que, na medida em que se criasse um conceito *a priori* de uma coisa, constituído de tal modo que ele abarcasse em sua extensão a existência, acreditava-se poder inferir com segurança que, como a existência pertence necessariamente ao objeto desse conceito, i. e., sob a condição de que eu ponha essa coisa como dada (existente), também a sua existência é posta necessariamente (segundo a regra da identidade) e, por conseguinte, esse ser é ele mesmo absolutamente necessário, já que sua existência é pensada em um conceito fortuitamente admitido e sob a condição de que eu ponha o objeto (KANT, 2012, B 622, p. 463).

Além dessa crítica acerca da necessidade lógica, a qual pode ser elaborada a partir de um conceito *a priori*, dela resultando uma ilusão, conforme se verifica a partir do excerto kantiano, o filósofo elabora outra crítica ao conceito de um ser absolutamente necessário. Essa crítica é agora fundamentada no uso da linguagem, a partir da relação entre predicado e sujeito. O filósofo argumenta que, se for recusado um predicado que é propriedade fundamental do sujeito, tem-se uma contradição, pois tal predicado pertence necessariamente àquele sujeito. Exemplo disso seria a proposição “um triângulo não possui três ângulos”, afirmação esta sabidamente falsa, porque é condição de existência de um triângulo que ele tenha três ângulos. No entanto, o filósofo afirma que não há contradição alguma quando se suprime o sujeito juntamente com o predicado, pois se não há sujeito, não há, por conseguinte, predicado algum referente a este sujeito, e Kant estende esse raciocínio para o ser absolutamente necessário. Assim, para Kant, a frase “Deus não existe” não exprime contradição alguma, pois não haveria sujeito algum para se falar

em contradição com um predicado. Neste sentido, é relevante a seguinte passagem do texto kantiano:

Deus é todo-poderoso: este é um juízo necessário. A onipotência não pode ser suprimida caso vocês ponham uma divindade, i. e., um ser infinito, com cujo conceito aquele seja idêntico. Se vocês disserem, porém, que *Deus não existe*, então nem a onipotência nem algum outro de seus predicados são dados; pois eles são todos suprimidos juntamente com o sujeito, e não se mostra nesse pensamento a mínima contradição (KANT, 2012, B 623, p. 464).

Ademais, Kant evidencia o fato de que um juízo existencial nunca pode ser executado por uma proposição analítica, isto é, tal proposição apenas designa aquilo que é condizente com o conceito, não podendo, portanto, acrescentar nada ao próprio conceito. Nesse sentido, um juízo analítico apenas descreve o próprio conceito, não lhe acrescentando nada que seja uma nova propriedade. Acerca disso, é interessante expor a análise de Faggion:

A rejeição de Kant ao argumento tem por pilar central a tese ampla de que uma proposição analítica jamais poderia acrescentar algo ao conceito de um objeto, sendo apenas o esclarecimento do *conteúdo* do conceito. Como a existência do objeto não seria a existência do próprio conceito, mas a existência de algo *fora* dele, uma proposição existencial nunca poderia ser analítica mesmo no caso do conceito de Deus (FAGGION, 2011, p. 69).

Kant assinala uma diferença do conceito de existência a partir de predicados lógicos e de predicados reais. No primeiro caso, isto é, nos predicados lógicos, o “é”, ou seja, a existência, é apenas a cópula de um juízo, ligando o sujeito ao predicado, não acrescentando nada ao conceito propriamente dito. Já no tocante aos predicados reais, é relevante ressaltar que, segundo o filósofo, eles possuem a capacidade de ampliar o conceito do sujeito, conforme se verifica a seguir:

Ao predicado lógico pode servir tudo o que se queira, e mesmo o sujeito pode ser predicado de si mesmo; pois a lógica abstrai de todo o conteúdo. A *determinação*, contudo, é um predicado que se acrescenta ao conceito do sujeito e o amplia. Ela não pode, portanto, já estar contida nele (KANT, 2012, B 626, p. 466).

Assim, Kant demonstra que um juízo analítico não pode acrescentar nada ao conceito, operando meramente por identidade. O filósofo argumenta, ainda, que se não fosse assim, isto é, se o *existir* acrescentasse alguma coisa ao conceito, então teríamos a verdadeira incongruência que consistiria no seguinte: o que efetivamente existe, isto é, o real, significa mais do que é apenas pensado. Desse modo, não haveria congruência entre o conceito e o objeto real, visto que esse último sempre conteria mais do que o conceito, devido a sua existência, o que ocorreria caso a *cópula do juízo* não fosse considerada um juízo analítico. Nesse ponto, é importante expormos a argumentação de Kant:

O *ser* não é, evidentemente, um predicado real, i. e., um conceito de algo que pudesse ser acrescentado ao conceito de uma coisa. Ele é apenas a posição de uma coisa ou de certas determinações em si mesmas (KANT, 2012, B 626, p. 466).

Ora, Kant demonstra, então, que a *cópula* não pode ser usada como um predicado real, sendo apenas o elo de um juízo analítico, de uma operação lógica em que um sujeito pode ser predicado de si mesmo. Neste sentido, o filósofo expõe que o juízo “Deus é todo-poderoso” não possui o é enquanto um predicado a mais do sujeito, isto é, a *cópula* não acrescenta nada, mas, ao contrário, apenas descreve o próprio sujeito, fazendo a ligação do predicado com o sujeito. Em um juízo analítico há apenas a *cópula do juízo*, visto que afirmar “Deus é todo-poderoso” não acrescenta nada ao próprio conceito de Deus, mas apenas liga o sujeito, “Deus”, ao predicado, “todo-poderoso”. Desse modo, propor a existência enquanto predicado real implicaria em uma contradição do ponto de vista dos juízos

analíticos, entre o conceito pensado e o objeto real. É com essa perspectiva que o filósofo tenta desconstruir o argumento cartesiano, sendo oportuno aqui recorrermos ao texto kantiano:

A proposição *Deus é todo-poderoso* contém dois conceitos, que possuem seus objetos: Deus e a onipotência; a palavrinha *é* não é um predicado a mais, mas apenas aquilo que põe o predicado em relação com o sujeito. Se tomo então o sujeito (Deus), juntamente com todos os seus predicados (entre os quais também a onipotência), e digo *Deus é*, ou então *há um Deus*, não ponho nenhum predicado novo ao conceito de Deus, mas apenas o sujeito em si mesmo, com todos os seus predicados, e mais especificamente o *objeto* em relação com o meu *conceito*. Ambos têm de conter precisamente o mesmo, e por isso nada mais pode ser acrescentado ao conceito, que apenas exprime a possibilidade de eu pensar seu objeto como absolutamente dado (através da expressão “ele é”). E o real, assim, não contém mais do que o meramente possível (KANT, 2012, B 627, p. 466).

Em outras palavras, pode-se dizer que Kant argumenta no sentido de que o conceito refletido tem de conter o mesmo que o objeto referido. Assim sendo, conceber a existência enquanto perfeição faria com que o objeto fosse mais perfeito que o conceito que o designa, promovendo uma ruptura entre conceito pensado e objeto, fato este inaceitável para o filósofo. Neste sentido também se processa a análise de Faggion, que nos diz o seguinte:

Em outras palavras, se a existência fosse uma perfeição, o leão existente também teria que ser mais perfeito do que o leão pensado, mas é justamente essa consequência que o argumento de Kant pretende denunciar como inaceitável (FAGGION, 2011, p. 72).

Quem também argumenta no sentido de que o “é” no caso em comento nada mais expõe do que uma mera cópula de um juízo, isto é, de uma simples atribuição lógica, é Étienne Gilson. O exemplo utilizado pelo

filósofo francês é o seguinte: Sócrates é alto. Nesta frase o “é” não implica na existência de Sócrates, mas ao contrário, apenas liga o sujeito ao seu predicado, isto é, às suas determinações, não acrescentando, portanto, nenhuma atribuição nova ao sujeito, visto que trata-se de um juízo analítico. Neste sentido:

Reconhece-se isso pelo fato de que o verbo “ser”, que aparece ali precisamente a fim de afirmar as relações desse gênero, não desempenha outro papel que o da cópula num juízo. Portanto, todo predicado é atribuído a seu sujeito possível por um juízo em que o termo “é”, simples signo da atribuição lógica, não implica de modo algum a existência (GILSON, 2016, p. 233).

Assim sendo, tem-se aqui um exemplo claro da crítica de Kant acerca da prova ontológica cartesiana sobre a existência de Deus. Essa crítica pode ser sintetizada pela tentativa de interpretação do *ser*, isto é, da cópula do juízo analítico enquanto um predicado real, e esse procedimento, conforme demonstrado, gera controvérsias e ilusão acerca do conhecimento humano. Aqui temos retratada a formulação de Kant sobre a tese de Descartes.

Considerações finais

No presente artigo foi demonstrado, a partir da propensão natural da razão em si impor perguntas que não são respondíveis por suas próprias faculdades, como, por exemplo, a indagação acerca da existência de um ente divino. Há, apenas, uma regressão ao incondicionado, uma escalada rumo ao cume de uma cadeia causal, que no caso em comento se refere à figura de Deus (ente divino). Para tanto, foi realizada uma contraposição entre as posições de dois filósofos, a saber: Descartes e Kant.

O filósofo utilizado nessa regressão natural ao incondicionado foi Descartes, cujo argumento acerca da existência de Deus é considerado ontológico. No que se refere a esse filósofo, é interessante ressaltar a influência das ciências matemáticas em sua filosofia, pois para ele só os

conhecimentos advindos dessas ciências possuem clareza e distinção inquestionáveis. Assim, na Quinta Meditação, Descartes inicia a exposição de uma ideia clara e distinta de um triângulo, a qual expõe que os três ângulos são iguais a dois retos, isto é, para que haja um triângulo é necessário que seus três ângulos correspondam a dois retos. A partir disso, ele parte para a ideia de Deus, na qual é inconcebível, segundo ele, separar Deus de sua existência, visto que se Deus é perfeito, e a existência é uma perfeição, logo Deus existe, necessariamente, sendo tal concepção algo indubitável.

Em contraposição ao raciocínio utilizado por Descartes, Kant argumenta no sentido de que afirmar que “Deus é perfeito” não implica em dizer que ele existe, isto é, o “é”, verbo ser, não confere existência a Deus, mas, ao contrário, é apenas a cópula de um juízo analítico, ligando o sujeito ao predicado. Com isso, Kant aponta que tal argumento jamais pode pôr como existente o objeto que o respectivo conceito designa, de modo que o incondicionado buscado pela propensão natural da razão, qual seja, Deus (ente divino), não tem sua existência corroborada por tal raciocínio.

Referências

- DESCARTES, René. *Descartes – Vida e Obra*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- FAGGION, Andrea Luisa Bucchile. Refutação do argumento ontológico, ou filosofia crítica versus filosofia dogmática. *Revista Veritas*, Porto Alegre, v. 56, n. 2, p. 64-83, 2011. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2011.2.8282>.
- GILSON, Étienne. *O ser e a essência*. Trad. Carlos Eduardo de Oliveira *et al.* São Paulo: Paulus, 2016.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Fernando Costa Mattos. São Paulo: Vozes, 2012.
- SCRIBANO, Emanuela. *Guia para leitura das Meditações metafísicas de Descartes*. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2007.

Data de registro: 20/02/2017

Data de aceite: 18/05/2017